

Segunda-Feira, 13 de Julho de 2026

Economista alerta que alívio inflacionário é temporário e não abre caminho para redução de juros

IPCA de junho desacelera, mas especialista prevê pressões inflacionárias a partir de setembro

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou uma desaceleração significativa em junho, registrando variação de 0,16%, bem abaixo do 0,58% observado em maio, conforme divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado surpreendeu positivamente os analistas de mercado, superando as expectativas da comunidade financeira. Em conversa com especialistas, Luís Otávio Leal, economista da G5, descreveu o desempenho como "irretocável", tanto sob a perspectiva quantitativa quanto qualitativa dos dados.

Conforme apontou Leal, o destaque principal foi a performance do setor alimentar, que registrou deflação quando o mercado projetava uma alta próxima de 0,20%. Esse comportamento diferenciou-se das tendências históricas. "Historicamente as surpresas vêm carregadas para cima na alimentação", ressaltou o economista, evidenciando que sinais antecedentes, como o IPCA-15, já sinalizavam essa tendência de arrefecimento.

A disseminação da desaceleração por diversos setores chamou atenção do mercado. Seis dos nove componentes que integram o IPCA apresentaram redução de preços em relação ao mês anterior, representando dois terços do indicador total. Os indicadores qualitativos também ficaram aquém das projeções, reforçando o panorama de descompressão de preços.

Luís Otávio Leal ressaltou que até o acumulado de 12 meses produziu surpresa, apresentando desaceleração quando havia expectativa de aceleração, ainda que permaneça acima do limite superior da meta estabelecida pelo Banco Central.

O economista fez questão de advertir que essa redução na inflação não deve persistir indefinidamente. Sua avaliação é que julho e agosto continuarão apresentando inflação contida, beneficiados pela continuidade da deflação alimentar em julho e pelo efeito do bônus tarifário de Itaipu em agosto, que pode levar a inflação para patamares próximos de zero ou negativos.

No entanto, a partir de setembro o quadro deve sofrer inversão considerável. "Vamos presenciar números mais robustos de inflação", advertiu Leal, apontando como fatores o término do benefício de Itaipu e a intensificação dos efeitos do El Niño sobre a alimentação, impacto que se prolongará até o início do próximo ano.

Diante desse cenário, a perspectiva do especialista para a política de juros permanece conservadora. Um resultado pontualmente positivo não é suficiente para reorientar as decisões de política monetária, especialmente considerando o histórico recente de resultados desfavoráveis e pressões inflacionárias futuras como o El Niño e medidas de estímulo ao consumo, que devem elevar a inflação de serviços nos próximos meses.

O indicador acumulado de 12 meses continua situado acima do piso estabelecido para a meta. Segundo Leal, existe pouca margem para que o Banco Central autorize um novo ciclo de redução de juros no curto prazo. Sua projeção indica que a autoridade monetária manterá a Taxa Selic inalterada nas reuniões agendadas para agosto, setembro e novembro, com retomada dos cortes apenas em dezembro, quando haverá maior nitidez sobre o cenário político após as eleições municipais.